

PROJETO DE LEI Nº 299 DE 07 DE maio DE 2020.

Dispõe sobre as medidas a serem tomadas pelas autoridades para reduzir os impactos econômicos aos feirantes durante o período de calamidade pública na saúde, causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no Estado de Goiás.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do artigo 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica suspensa a cobrança de taxas públicas pagas pelos feirantes para a exposição e venda de produtos, durante o período de isolamento social interposto pelo governo do Estado de Goiás, por meio do Decreto nº 9.633, de 13 de março de 2020.

§1º Esta medida vale a todos os comerciantes que exploram suas atividades econômicas em feiras e são contribuintes da taxa de exercício da atividade de feirante e/ou taxa de ocupação de logradouro público.

§2º Os feirantes de produtos hortifrutigranjeiros, também serão contemplados com os benefícios previstos no caput do artigo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação com vigência enquanto perdurar o Plano de Contingência adotado pelo governo do Estado de Goiás em decorrência da pandemia pelo Coronavírus (COVID-19).

SALA DAS SESSÕES, EM DE DE 2020.

KARLOS CABRAL - PDT
DEPUTADO ESTADUAL

APROVADO PRELIMINARMENTE
À PUBLICAÇÃO E POSTERIORMENTE
À COMISSÃO DE CONST., JUSTIÇA
E REFORMAÇÃO
Em 07/05/2020
~~_____~~
1º Secretário

PROCESSO LEGISLATIVO
Nº 202002354

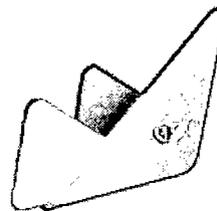
Data Autuação: 08/05/2020
Projeto : 299 - AL
Origem: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO
Autor: DEP. KARLOS CABRAL
Tipo: PROJETO
Subtipo: LEI ORDINÁRIA



Assunto:
DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS A SEREM TOMADAS PELAS
AUTORIDADES PARA REDUZIR OS IMPACTOS ECONÔMICOS AOS
FEIRANTES DURANTE O PERÍODO DE CALAMIDADE PÚBLICA NA
SAÚDE, CAUSADA PELO NOVO CORONAVIRUS (COVID-19) NO ESTADO
DE GOIÁS.



202002354



ALEGO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE GOIÁS
A CASA É SUA

PROJETO DE LEI Nº 299 DE 07 DE maio DE 2020



Dispõe sobre as medidas a serem tomadas pelas autoridades para reduzir os impactos econômicos aos feirantes durante o período de calamidade pública na saúde, causada pelo novo Coronavirus (COVID-19) no Estado de Goiás.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do artigo 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica suspensa a cobrança de taxas públicas pagas pelos feirantes para a exposição e venda de produtos, durante o período de isolamento social interposto pelo governo do Estado de Goiás, por meio do Decreto nº 9.633, de 13 de março de 2020.

§1º Esta medida vale a todos os comerciantes que exploram suas atividades econômicas em feiras e são contribuintes da taxa de exercício da atividade de feirante e/ou taxa de ocupação de logradouro público.

§2º Os feirantes de produtos hortifrutigranjeiros, também serão contemplados com os benefícios previstos no caput do artigo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação com vigência enquanto perdurar o Plano de Contingência adotado pelo governo do Estado de Goiás em decorrência da pandemia pelo Coronavirus (COVID-19).

SALA DAS SESSÕES, EM DE DE 2020.

KARLOS CABRAL - PDT
DEPUTADO ESTADUAL

APROVADO PRELIMINARMENTE
À PUBLICAÇÃO E POSTERIORMENTE
À COMISSÃO DE CONST., JUSTIÇA
E REFORMAÇÃO

Em 07/05/2020

~~_____~~
1º Secretário



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Ao Sr. Dep. (s) Lêda Borges

PARA RELATAR

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 4 / 05 / 2020.

Presidente: _____



PROCESSO N. : 2020002354
INTERESSADO : DEPUTADO KARLOS CABRAL
: Dispõe sobre as medidas a serem tomadas pelas autoridades para reduzir os impactos econômicos aos feirantes durante o período de calamidade pública na saúde, causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no Estado de Goiás.

RELATÓRIO

Versam os autos sobre projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Karlos Cabral, dispondo sobre as medidas a serem tomadas pelas autoridades para reduzir os impactos econômicos aos feirantes durante o período de calamidade pública na saúde, causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no Estado de Goiás.

De acordo com a justificativa, o presente projeto de lei objetiva dispor sobre medidas a serem tomadas pelo Poder Público, no intuito de amenizar os prejuízos financeiros dos comerciantes que exploram a atividade de feirante durante os períodos de calamidade pública no Estado de Goiás, tendo em vista que diante das medidas sanitárias adotadas pelo governo estadual, muitos estão enfrentando dificuldades de subsistência já que não podem comercializar seus produtos.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) para análise e parecer.

Essa é a síntese da presente propositura.

Embora entenda relevante a iniciativa do ilustre Deputado, o presente projeto não pode prosperar, eis que cuida de matéria de competência municipal, conforme preceitua o **art. 30, inc. I, da Constituição Federal**, que dispõe ser de competência dos municípios legislar sobre assuntos de interesse local, **verbis**:

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local."

Nesse contexto, a Lei Orgânica do município de Goiânia, nos termos dos artigos 124 e 262, inciso X, dispõe que:

"Art. 124. São tributos municipais os impostos, as **taxas** e as contribuições de melhoria decorrentes de obras públicas, instituídos por Lei Municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas normas gerais de direito tributário."

Art. 262. É dever do Município, com a participação da comunidade, promover, garantir e proteger toda manifestação cultural, assegurando plena liberdade de criação e expressão e criação, valorizando a produção e a difusão cultural por meio de:

X - criação, implantação, fiscalização e manutenção de espaço nas **feiras livres**, mercados, praças e mostras artesanais, para a exposição, a divulgação e comercialização do artesanato goianiense, com a participação dos artesãos de Goiânia, das associações de moradores de bairros, e demais associações classistas e culturais.

Ademais, segundo o art. 98 do Código Tributário Municipal de Goiânia (CTM/GO), Lei nº 5.040/75, o sujeito passivo das taxas são os comerciantes, industriais, profissionais, prestadores de serviços e outros, estabelecidos ou não, inclusive os ambulantes que negociarem nas feiras livres, sem prejuízo, quanto a estes últimos, da cobrança da Taxa de Licença para Ocupação de Áreas em Vias e Logradouros Públicos.

Isto posto, ante o vício de inconstitucionalidade apontado, somos pela **rejeição** do presente projeto de lei. É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 19 de maio de 2020.


LÉDA BORGES DE MOURA
Deputada Estadual
(PSDB/GO)



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprova o pedido de

VISTA ao Sr. Deputado(s): Vinicius Cerqueira

PELO PRAZO REGIMENTAL

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 19 / 05 /2020.

Presidente: _____